



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

311) A conduta do funcionário público que exige tributo que sabe ou deveria saber indevido configura o delito de

- a) excesso de exação
- b) concussão
- c) corrupção passiva
- d) prevaricação

RESPOSTA: A. segundo artigo 316, §1º, do CP.

312) Delúbio, funcionário público, motorista de veículo oficial, placa ofs/DF, indevidamente, num final de semana, utiliza-se do carro a fim de viajar com sua família. No domingo, a noite, burlando a vigilância, recolhe o carro na garagem da Repartição. Delubio cometeu o crime de

- a) peculato b) apropriação indébita c) peculato de uso d) peculato desvio e) furto

RESPOSTA: D. conforme artigo 312, caput, final.

313) De acordo com o Código Penal, são crimes contra a fé publica

- a) inserção de dados falsos em sistemas de comunicação, falsidade ideológica.
- b) moeda falsa, comunicação falsa de crime ou contravenção.
- c) auto acusação falsa, falsificação de documento particular.
- d) fraude de lei sobre estrangeiros, uso de documento falso.
- e) supressão de documento, denúncia caluniosa.

RESPOSTA: D. Tais crimes estão nos artigos, respectivamente, 309 e 304, do CP.

314) Assinale a alternativa que traz crime contra patrimônio cuja pena é aumentada de um terço (1/3) se cometido em detrimento de entidade de direito público, ou instituto de economia popular, assistência social ou beneficente.

- a) dano b) furto c) estelionato d) extorsão indireta e) apropriação indébita

RESPOSTA: C. Tal previsão consta no artigo 171, §3º, do CP.

315) São causas de excludentes da ilicitude, nos termos do artigo 23 do Código Penal

- a) exercício regular de direito e o desconhecimento da lei.
b) estado de necessidade e a coação moral irresistível .
c) legítima defesa e a obediência hierárquica
d) estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direitos
e) erro inevitável sobre a ilicitude do fato e o estado de necessidade.

RESPOSTA: D.

316) Com relação ao crime tentado, é correto afirmar que

- a) só é punível quando houver expressa previsão legal nesse sentido, em atenção ao princípio da tipicidade.
b) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
c) não é possível ser reconhecida a modalidade tentada em nenhuma espécie de crime omissivo.
d) subsiste a punição por tentativa, ainda que fique comprovada a ineficácia absoluta do meio.
e) subsiste a punição por tentativa, ainda que fique comprovada a absoluta impropriedade do objeto.

RESPOSTA: B, conforme artigo 14, parágrafo único do CP.

317) Na contagem de prazo, no Código Penal, foi adotado

- a) o número real de dias
- b) o calendário gregoriano (comum)
- c) o mesmo sistema de Código de Processo Penal.
- d) a prorrogação de prazo

RESPOSTA: B. segundo o artigo 10 a contagem de prazo é o do calendário comum.

318) A reparação do dano no peculato culposos é possível

- a) somente no peculato culposos
- b) somente no peculato doloso
- c) tanto no peculato culposos como no doloso, desde que seja anterior à sentença irrecorrível.
- d) tanto no peculato culposos como no doloso, mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

RESPOSTA: A. Tal hipótese é prevista no artigo 312, §3º, do CP.

319) “A”, proprietário de um apartamento, subtrai da área comum do prédio um relógio de parede, na hipótese,

- a) o agente não cometeu qualquer delito.
- b) o agente cometeu o delito de apropriação indébita.
- c) o agente cometeu o crime de furto de coisa comum.
- d) o agente cometeu o delito de estelionato.

RESPOSTA: C, segundo artigo 156 do CP.

320) Funcionário Público que exige taxa que sabe ser indevida comete algum crime ?

- a) não comete crime
- b) comete o crime de concussão.
- c) comete o crime de corrupção passiva
- d) comete o crime de excesso de exação.

RESPOSTA: D, segundo artigo 316, §1º, do CP.